

■ NÃO É POSSÍVEL QUE UMA PESSOA AMEALHE US\$ 57 MILHÕES E SÓ RECEBA COMO PUNIÇÃO A CASSAÇÃO E A AÇÃO PENAL ■

(Do presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho)

Orçamento

CPI vai pedir sequestro de bens

RELATÓRIO FINAL TAMBÉM VAI SOLICITAR AO MINISTÉRIO PÚBLICO BLOQUEIO IMEDIATO DOS BENS DE JOÃO ALVES E DE JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), confirmou ontem que vai solicitar ao Ministério Público o sequestro de bens dos parlamentares que comprovadamente praticaram atos ilícitos, com base nos quarenta depoimentos ouvidos pela Comissão. A "lei do colarinho branco" permite o bloqueio dos bens dos suspeitos antes mesmo do julgamento da ação final. O relatório final vai sugerir, ainda, à Procuradoria Geral da República o bloqueio imediato dos bens do deputado João Alves (sem partido-BA) e do ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos.

Também será solicitado o confisco dos bens de outros parlamentares e integrantes do Executivo e do Legislativo que enriqueceram ilícitamente. Aqueles que, no entender do relator, não chegaram a quebrar o decoro parlamentar, serão apenas mencionados no relatório final. Os que quebraram o decoro, mas não praticaram atos ilícitos, serão julgados pela Câmara ou pelo Senado. Já aqueles que, além de quebrar o decoro, praticaram atos ilícitos terão seus processos encaminhados ao Ministério Público e poderão ter seus bens confiscados como forma de ressarcir os cofres públicos dos prejuízos.

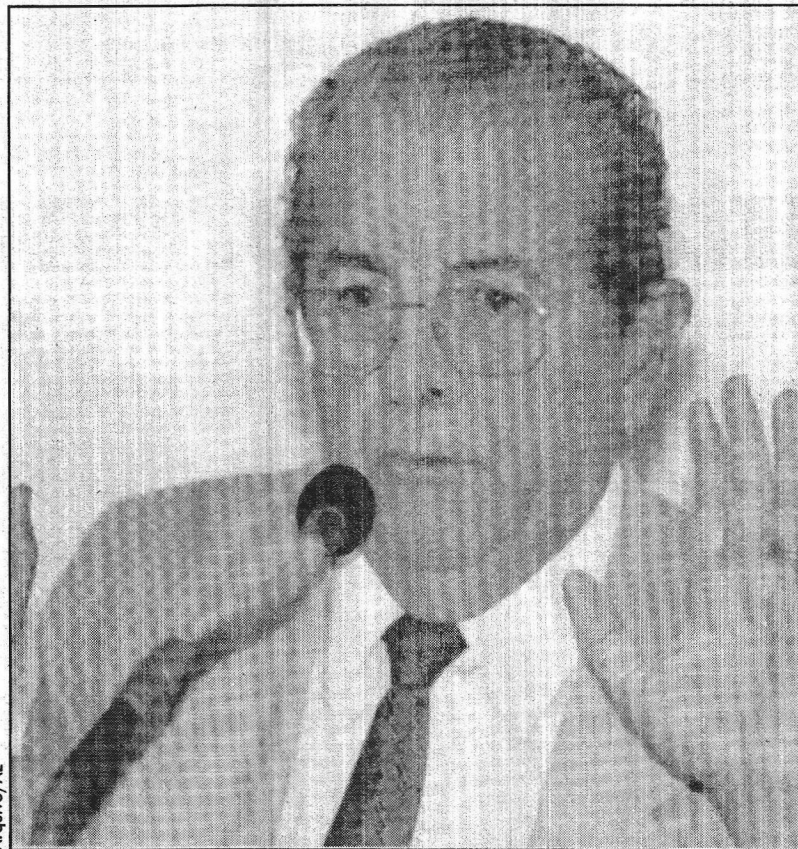
Segundo Magalhães, havendo provas de enriquecimento ilícito, o Ministério Público já tem argumentos para solicitar o sequestro dos bens. O relatório final da CPI deverá ser concluído até o dia 22

de janeiro e até quarta-feira as subcomissões vão encaminhar as conclusões a Magalhães. O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), apóia a decisão do relator de pedir o confisco dos bens dos corruptos. "Não é possível que uma pessoa amealhe US\$ 57 milhões (caso do deputado João Alves) de forma irregular e só receba como punição a cassação do mandato e a ação penal."

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), que é jurista, já havia alertado Passarinho para a necessidade do confisco dos bens daqueles que utilizaram o Orçamento para enriquecer. A sentença pode ser proferida pela Justiça Federal de primeira instância, sem necessidade de passar pelo Supremo

Tribunal Federal, que julga deputados e senadores, desde que o Ministério Público entre com uma representação.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pretendia encaminhar as representações a partir dos relatórios parciais que seriam feitos por Magalhães. Contudo, a CPI voltou atrás e decidiu não produzir os relatórios parciais, para não ser acionada na Justiça, sob a acusação de parcialidade, por apresentar parecer antes da conclusão dos trabalhos. Restou a Junqueira a opção de nomear dois procuradores, que vem acompanhando os trabalhos da CPI. Os procuradores, contudo, ainda não haviam conseguido reunir dados suficientes para propor a ação de confisco, até agora.



Passarinho: mantendo o controle, por enquanto.

Segundo o relator, havendo provas, o Ministério Público já tem argumentos para solicitar o sequestro dos bens.

Arquivo/AE